

LITURGIA E POLÍTICA - A propósito da pregação de Cinzas, em 1665,  
na Capela Real de Londres

João Francisco Marques

O mínimo que se poderá dizer, à maneira de breve balanço, acerca dos seis séculos da aliança luso-britânica, é ela ter servido de sustentáculo estratégico para preservar a independência nacional portuguesa em três momentos cruciais da sua história: a crise dinástica de 1383-1385, o período da Restauração de 1640-1668 e as invasões francesas de 1807-1810 (1).

Será curioso notar que os acordos políticos e económicos firmados entre as duas nações, antes de Windsor (1386) e depois de Whitehall (1661), encontram o seu nó górdio - solidez tutelar e legitimidade sacral - em casamentos régios: o de D. João I com Filipa de Lancastre e o de Carlos II com a infanta D. Catarina de Bragança. Parece-nos mesmo que estes elos matrimoniais, vinculando os dois reinos, foram um dos propósitos visados - *et pour cause* - desde o início, quase milenar, dos contactos entre as gentes lusas e britânicas que o mar aproximara e o comércio atraía(2). Nos caminhos, porém, deste encontro, propiciador da mais velha aliança da Europa, está presente de começo um factor de natureza religiosa. Com efeito, a passagem de cruzados ingleses, em périplo pela costa ibérica, proporciona a Portugal ensejo para um pedido de auxílio militar que se traduz na ajuda dada à conquista de Lisboa, em 1147, pertencendo a um deles - Osberno - a conhecida crónica do assédio e ocupação da cidade (3) e a outro - Gilberto de Hastings - ser eleito primeiro bispo da Sé lisbonense, após a reconquista(4). E, se a colonização do solo arrebatado ao domínio mourisco progrediu com a fixação de soldados britânicos empenhados na cruzada peninsular, o crescimento das trocas comerciais, fomentado por convênios estabelecidos entre as partes interessadas, logo despertou a ideia de se firmar uma mais sólida união que passaria pelo elo matrimonial a nível das duas coroas. Na verdade, julga-se ter estado nos propósitos da embaixada de João Sem Terra a Portugal, em 1199,

pedir a mão de uma infanta lusa (5). Como igualmente se sabe do malogro quase dois séculos depois, em 1344, do casamento da filha mais nova de D. Afonso IV com o rebento de Eduardo III, o denominado Príncipe Negro (6). O projecto, todavia, ganhava maior importância à vista dos sucessivos tratados comerciais subscritos e das crises dinásticas abertas nas cortes peninsulares. A morte de Pedro o Cruel fizera convergir os interesses políticos do Duque de Lencastre - casado com D. Constança, a talvez legitimada filha bastarda de Afonso XI e de Maria Padilha - com os de D. Fernando. E, em Tagilde, João Fernandes Andeiro e Roger Hoor apõem a sua assinatura, a 10.7.1372, no primeiro tratado da aliança cujo teor contempla, em termos explícitos, uma necessidade e preocupação constante, ditadas pela conjuntura que, analogamente, em outros posteriores se virão a repetir (7).

Não era, ainda, chegada a hora do enlace matrimonial entre as coroas britânicas e lusa, mas consagrara-se já uma estratégia de apoio mútuo que, por outro lado, denunciava o inimigo histórico da independência portuguesa e dos interesses político-económicos da Inglaterra. E mal passara uma década, quando a crise dinástica aberta em Portugal leva o defensor do Reino, o Mestre de Avis, a solicitar o auxílio de Ricardo II, envolvido na guerra dos cem anos e no cisma do Ocidente. A presença de soldados ingleses contribui, então, para o êxito da batalha. Na sequência desse apoio, D. João I negocia em Windsor, a 9 de Maio de 1386, um Tratado com 13 artigos onde se evidencia a mesma anterior vontade de se firmar definitivamente uma liga de amizade e uma confederação geral e perpétua que proporcionem efectivo auxílio e socorro contra quem tente destruir o reino de um ou de outro (8). Por sua vez, o casamento régio entre o monarca luso e D. Filipa de Lencastre, assente meses depois e realizado no Porto, em 2 de Fevereiro de 1387, consagrará uma aliança política a exigir mútua fidelidade. O enlace era, assim, na linha do que impunha o vínculo sacramental e a liturgia simbolicamente figurava, promissor augúrio do cumprimento futuro dos acordos assinados.

Iniciado o período da Restauração com a infeliz aclamação, em 1640, do Duque de Bragança, logo a letra e o espírito da velha aliança seriam postos à prova. E, de novo, se desenham vantagens recíprocas para um consórcio real entre as duas coroas, mais importante, porém, para o lado português empenhado em consolidar a readquirida au-

378-  
**SERMAM  
D A C I N Z A,  
PREGADO NA CORTE**

DE LONDRES, NA CAPELLA DA  
REAL MAGESTADE DA SERENISSIMA  
RAINHA DA GRAN BRETANHA,  
EM OITO DE FEVEREIRO  
DE 1665.

**POR FREI SALVADOR**

DO SPIRITO SANC TO PREGA-  
DOR DE SUAS MAGESTADES, CA-  
PUCHO ARRABIDO, E PRELADO  
DOS RELIGIOSOS DA SUA PRO-  
VINCIA CAPELLAENS DA  
MESMA RAINHA, E SENHO.  
A A NOSSA

**EM COIMBRA,**

*Com todas as licenças necessarias.*

Na Officina de RODRIGO DE CARVALHO COUTINHO,  
Impressor da Universidade, Anno 1673.  
*Offyça de João Antunes mercador de lre ros.*

*João*

**SERMAM  
D A C I N Z A,**

PREGADO NA CORTE  
DE LONDRES, NA CAPELLA DA  
REAL MAGESTADE DA SERENISSI-  
MA RAINHA DA GRAN BRETA-  
NHA, EM OITO DE FEVEREIRO  
DE 1662.

**POR FREI SALVADOR**

DO SPIRITO SANC TO PREGA-  
DOR DE SUAS MAGESTADES, CA-  
PUCHO ARRABIDO, E PRELADO  
DOS RELIGIOSOS DA SUA PRO-  
VINCIA CAPELLAENS DA  
MESMA RAINHA, E SENHO.



**IMPRESSO POR MANDADO DE  
SUA MAGESTADE.**

tonomia (9). Sabe-se como não era pacífico também o momento vivido pela monarquia inglesa então tutelada por Carlos I, já desavindo com o Parlamento. De resto, conflitos vários dividiam a Europa coeva e a rivalidade comercial entre as potências coloniais traziam os mares em sobressalto. Foi neste contexto que a embaixada de D. Antão de Almada e do Dr Francisco de Andrade Leitão levou a Londres, em 1641, propostas vantajosas para ambas as partes com a cláusula expressa de que "nenhum dos monarcas hostilizaria o outro ou prestaria auxílio a príncipes com que ele andasse em guerra"(10). É certo que o credo religioso seguido pelas duas cortes era diferente. Daí que o peso dessa divergência interferisse quer difultando conjunturais acertos, quer servindo de moeda de troca a explorar na mesa das conversações. Por outro lado, a presença dos negociadores portugueses em Londres podia constituir, como se veio a verificar, um estimável apoio ao reconhecimento da liberdade de culto e consciência desejada pelos católicos ingleses. Lembremo-nos que a rainha-mãe, Henriqueta de França, mulher de Carlos I, era irmã de Luís XIII e fiel a Roma, tal como Sir Basil Broocke, nas moradias de quem se hospedaram os diplomatas da embaixada de 1641, ficando, a partir daí, a rua, sita a sul de Lincoln's Fields, a chamar-se Portugal Street(11). É significativo que D. Antão de Almada, em carta para o metropolitano de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, lhe haja referido que numerosos mestres de campo, veteranos das campanhas da Suécia e Flandres, andavam entusiasmados com a ideia de vi-rem, "pelo soldo que lhes costumava dar Elrrey de Castella naquellas partes", servir o rei português, pois muitos deles eram católicos e, ao tempo, se sentiam bastante oprimidos(12). Também pela correspondência epistolar endereçada ao Marquês de Nisa pelo Dr Antônio de Sousa de Macedo, que fora na comitiva de D. Antão de Almada e lá ficara como residente, se vê como a causa realista recebia apoio de D. João IV, suspeito aos adversários de Carlos I, da mesma forma que o seu agente. Acerca precisamente do perigo que este corria, à medida que se agravava o diferendo entre os defensores da realeza e os parlamentares, dá-nos conta o incidente ocorrido pela tentativa de violação da imunidade diplomática por parte da soldadesca anti-realista que se dirigira, em Junho de 1643, a casa do Dr. Sousa Coutinho na mira de prender conspiradores porventura aí escondidos(13). Foi na sequência deste episódio que a Câmara dos Comuns pediu ao Residente, aliás sem êxito,

para proibir os católicos de lá irem ouvir missa (14). E bem molesto lhe foi ter de permanecer em Londres com o receio de assaltos, suportando o terrível frio dos invernos e os ameaços de peste nos verões, bem como os apupos e ultrages da população hostil e o horror e indignação causados pelo martírio de sacerdotes católicos perseguidos pela facção puritana (15). Partiria mesmo do diplomata português a nomeação para Lisboa, em 1645, de um embaixador inglês, tendo a escolha recaído em Sir Henry Compton, casado com uma senhora católica irmã de Lord Northampton. Julga-se que por ele seria igualmente sugerido o projecto de enlace matrimonial entre o herdeiro de Carlos I e uma das filhas de D. João IV. Na altura, era ainda viva a mais velha, D. Joana, nela podendo ter caído a escolha. Pensa-se, porém, que a visada era D. Catarina. E já então se adiantaria mesmo a substância do dote que abrangeeria uma importante soma em dinheiro destinada a subsidiar o combate aos parlamentares, comprometendo-se a Inglaterra a entrar numa liga contra a Espanha e a conceder certas liberdades aos católicos (16).

Não vingou, na altura, o plano deste casamento, como de resto o de outros sugeridos para a Infanta pelos conselheiros e diplomatas da corte portuguesa. Refira-se de passagem que dos quatro noivos atribuídos - dois bastardos rêgios: D. João de Áustria, filho natural de Filipe IV, e o duque de Beaufort, neto de Henrique IV (17), e dois reis: Luís XIV de França e Carlos II de Inglaterra -, só o Stuart lhe coube por esposo. Foi, de facto, necessário jogar no xadrez da política europeia a mão de D. Catarina de forma a tirarem-se todas as vantagens possíveis destinadas a consolidar a nova dinastia brigantina que garantia a continuidade da restaurada independência.

A situação portuguesa - difícil em virtude de um vasto império a manter e um pequeno território continental contíguo ao do inimigo - agravara-se com as humilhações infligidas por Cromwell, a presença dos príncipes palatinos, Roberto e Maurício, a morte de D. João IV e a paz dos Pirinéus (18). Ao escrever para França em 1657, o enviado de Paris a Lisboa, Conde de Cominges, informava o secretário de estado, Brienne, acerca de Portugal cujas principais dificuldades assim inumerava: ministros traidores, mantendo ligações secretas com o governo de Madrid; dois exércitos em operações militares constantes e quarenta navios holandeses frente à capital, prontos a forçar a barra

se não fossem pagos cinco milhões de cruzados e concedida liberdade de comércio no Brasil ameaçado pela esquadra do almirante Opdam; perda de Ceilão, o empório Asiático de maior rentabilidade, e Goa sitiada. Mazarino, que firmara, a 2 de Março de 1665, um tratado com Cromwell e se sentia livre para atacar os espanhóis na Flandres, só por avultada soma acedia a entrar na liga, proposta pela corte portuguesa que, no entanto, demorava a resposta continuamente instada (20).

Na verdade, se a regente D. Luisa de Gusmão experimentara no povo, invencível repugnância para a contribuição financeira pretendida, a nobreza mostrava-se esquiva e o clero mantinha-se em prudente reserva. E, dois anos depois, Paris e Madrid assinavam a paz dos Pirinéus negociada pelos seus ministros, acordando-se no casamento de Luís XIV com Maria Teresa, a filha de Filipe IV. Ficava mais à vontade a Espanha, como premeditava para o ataque decisivo ao rebelde português. Restaura-se, porém, em 1660, a monarquia em Inglaterra e, do exílio, regressa, para ocupar o trono, Carlos II, cuja causa Portugal ajudara, quanto as circunstâncias o permitiram. Viável se tornava, agora, a concretização do enlace matrimonial entre D. Catarina e o rei inglês. De resto, a conjuntura política mostrava com evidência a oportunidade de uma união que a secular aliança favorecia e os interesses das potências em causa, sob o interveniente patrocínio francês, aconselhava.

Espinhosas foram, contudo, as conversações conduzidas com raro tacto, do lado da Corte de Lisboa, pelo marquês de Sande, D. Francisco de Melo, mais tarde Conde da Barca. Só que, de novo, intervieram motivações religiosas a exigirem prudente e mútua transigência. De facto, não era apenas a delicadeza do problema da cedência da praça de Tânger - tão conotada com o passado heróico e a intencionalidade proselítica da gesta portuguesa no norte de África - e do, então, pouco significativo estabelecimento de Bombaim em termos estratégicos e económicos (21). O que, sobretudo, muito pesava na coeva opinião pública portuguesa era representarem as duas cidades entregues como dote da Infanta, uma dádiva formal a hereges de comunidades católicas, no que isso poderia constituir de pretexto para uma radicalização da pressão espanhola junto da Santa Sé, hesitante em reconhecer a independência portuguesa (22). Acrescia, ainda, a crença de D. Catarina, profundamente piedosa e educada dentro da mais estreita ortodoxia ca-

tólica (23). Conhecidos eram, na verdade, os rigores freiráticos da sua vida e as práticas de devoção a que se entregava estimulados pelos costumes e mentalidade da sociedade lusa do tempo. Por isso, no clausulado do casamento enfim acordado em Whitewall, a 23 de Junho de 1661, se lhe reconhecia o direito de praticar livremente a religião que professava (24). Por mais dificultosa que fosse a negociação deste pormenor, a vontade da Infanta, a argumentação do Marquês de Sande e a influência persuasiva do Pe Russell - sacerdote inglês de grande aceitação na corte de Lisboa e mais tarde bispo de Portalegre - acabaram por se impor a Carlos II e seus ministros (25). Assim se compreende que, nas festas com que o povo e os áulicos se despediram de D. Catarina - acontecimento sumptuoso e memorável, conforme registam os anais coevos, a abafar os gritos de revolta contra o imposto do papel selado, destinado ao pagamento do dote de dois mil cruzados -, não faltasse o soleníssimo Te-Deum na Sé (26). E não pode deixar de dar-se significativo relevo ao facto de a Princesa ter exigido, mesmo em cerimónia estritamente privada, ser recebida por esposa de Carlos II conforme o ritual católico, antes do solene casamento anglicano efectuado na catedral londrina (27). De resto, na comitiva de mais de uma centena de pessoas que levou para Inglaterra, entre gente do seu séquito e servidores destinados à sua câmara, se encontrava um bem provido elenco de clérigos, confessores e pregadores da sua capela onde se oficiaria segundo a liturgia católico-romana (28). A surpresa que nos pode causar a leitura desprevenida desta informação, logo se atenua se pensarmos que tal número, com esmagadora maioria de regulares, se iria ocupar do ministério religioso junto dos acompanhantes e domésticos da Rainha e, também, dos residentes portugueses na corte inglesa. De notar, ainda, que os actos litúrgicos exigiam de ordinário oficiantes para o altar e executantes para o canto da capela - na linha de uma tradição acarinhada pela casa de Bragança, reduto de bons apreciadores, intérpretes e até compositores de música sacra. A acrescentar haverá o prósito acautelado por D. Catarina de conseguir o regresso à comunhão com Roma da protestante Inglaterra, através da conversão do rei e seus colaboradores (29).

Dado a corte de Saint-James seguir oficialmente o culto anglicano, à Rainha foi concedida permissão de ter capela própria que só por morte da mãe do monarca, Henriqueta de França, em 1669, passou a ser o

bem mais amplo e decorado templo da residência de Somerset-House (30). Vicissitudes várias com origem na luta puritana, ao tempo da estadia de D. Catarina em Londres, provocaram a diminuição da frequência aos ofícios religiosos que chegou a ficar reduzida apenas aos criados (31).

Foi neste ambiente que ocorreu a pregação de quarta-feira de cinzas a cargo de Fr. Salvador do Espírito Santo, em 8 de Fevereiro de 1665, cujo texto saiu nesse mesmo ano de um prelo londrino, vindo a ser, em 1673, reeditado pela oficina coimbrã de Rodrigo de Carvalho Coutinho, impressor da Universidade (32). Pelo frontispício do exemplar publicado em Inglaterra, ostentando o brasão da casa real britânica ladeado pelas iniciais C.R. (Catarina Rainha), depreende-se haver sido aí impresso por ordem expressa da soberana que a ele assistira (33).

Trata-se de um sermão proferido na cerimônia litúrgica da imposição das cinzas e perante um auditório português como se deduz do idioma e teor do texto. O pregador, natural do arcebispado de Lisboa, era franciscano arrábido, apreciado como orador (34). O prestígio de que gozava na corte de Lisboa terá estado na base do convite dirigido por D. Catarina de Bragança para a acompanhar a Inglaterra, talvez com o intuito de fundar aí um convento da sua ordem, tendo embarcado, a 14.9.1663, com mais nove de seus irmãos de hábito (35). Fazia parte do elenco de capelães de que a Rainha dispunha, tais como o jesuíta António Fernandes, o dominicano Fr. Cristóvão do Rosário e o franciscano Fr. António de S. Bernardino que são os autores das aprovações estampadas nas páginas iniciais do folheto editado em Londres (36).

Ao escolhê-lo para estudo, na presente circunstância, pesou a curiosidade da sua impressão na Grã-Bretanha (de outro não há notícia), como a sua estreita relação com a Infanta portuguesa e as referências dispersas a acontecimentos históricos coevos e a realidades conjunturais na altura certamente comentadas. E assim se comprovará o elo entre a celebração litúrgica ocorrente e as alusões oportunas a acontecimentos e notícias, rumores e escândalos - pasto natural dos círculos palacianos.

Se atentarmos na espiritualidade que obviamente se conotava com a simbologia da comemoração religiosa - na linha antinômica do transitório e eterno, do mundano e transcendente - não surpreende ser

significativamente convencional o tema escolhido: *memento homo quia pulvis es et in pulvis reverteris*. De igual modo não espanta o fácil recurso a expressões cultistas e conceituadas tão comuns na oratória sacra do barroco dominada pela expressividade teatral de engenhosas metáforas, atíteses e acomodações - mais pretextadas na circunstância pela régia presença de uma cabeça coroada. Como nenhuma novidade há também na tessitura formal do discurso estruturado na convencional tripartição: exórdio, exposição e peroração.

Veja-se, como amostra, o início do sermão onde o tema é assim modelado:

"Feitos, o desfeitos; compostos, e resolutos: formados, e arruinados, nos obriga Deos hoje a considerarmos, o que somos. Muito alta, e muito poderosa Rayjnha e senhora nossa. O memento da cinza que Deos nos fas, com todos igualmente fala, e igualmente a todos avisa. Os Príncipes, e os vassaloes fesnos Deos nas qualidades muy diferentes; mas nas cinzas (Snrã) a todos nos fes mui parecidos; porem as Magestades Reais sobre as cabeças as cinzas, no mesmo lugar, em que costumão pôr as coroas, he obrigalas Deos a que se lembrem, que tambem as coroas são cinzas. As cinzas, que se hoje mandaõ por na cabeça, fazemse das palmas, que em dia de Ramos benze a Igreja: avizandando nesta cerimonia aos fieis, advirtaõ bem, que tudo, que o mundo, por estimaçaõ tras nas palmas, por resoluçaõ tudo vem a parar nas cinzas, pedindo aos Monarchas considerem, que com o conhecimento proprio de suas cinzas, se podem unir no ceo as palmas com as Coroas" (37).

A simbologia da cinza - e recorde-se, a propósito, o conhecido sermão de Vieira, construído na base ontológica do pouco que é o homem mortal: apenas pô levantado e pô caído (38), proporciona de facto, múltiplas sugestões temáticas sobretudo para desenvolvimento de índole ética e psicológica. E, se a estética barroca do espelho como a profusão decorativa dos motivos florais na talha dos altares e tribunas ofereciam campo aberto ao desfiar das metáforas, seria natural que a pedagogia do discurso eclesiástico de tudo isso se servisse. Eficaz se revelaria, pois, com tais ingredientes a didáctica do clássico "conhece-te a ti mesmo, no que és e te virás a transformar", reflectido em cada um e na humanidade inteira e perceptível ao olhar

quotidiano. Momento próprio, por conseguinte, era a quarta-feira de cinzas para se atalhar aos perigos semeados à alma com a contemplação da vida e da morte, no espectáculo diário proporcionado ao cristão. Em última análise, o que o pregador visava era mover os ouvintes ao arrependimento e propósito de emenda que Deus espera e torna possível com o adjutório da graça-finalidade religiosa que apresentada à inteligência do crente sô se atinge pelo esforço da vontade, dado a fé nada valer sem obras. Para ser convincente, Fr. Salvador do Espírito Santo recorre a toda uma cultura humanista, filosófica e teológica, adquirida longamente no magistério exercido junto dos escolares da sua ordem. A supremacia do intelectualista é bem patente na argumentação utilizada. O homem, explica ele, deve lembrar-se do que é como homem e, assim, aplicar o juízo como *racional*, formar o discurso como *entendido*, e levantar o pensamento como *discreto* (39). E a explanação do assunto acaba por desdobrá-la num tríplice e intencional aviso às consciências: 1º) recorde-se o homem do que é, como ser racional, para reconhecer que é pó; 2º) lembre-se de que a cinza posta na cabeça é aviso para atender à inanidade das coisas terrenas, à vaidade mundana e ao engano da fortuna; 3º) atente em que os grandes se igualam no nada, pois as maiores pompas se misturam na morte com a terra (40).

Até aqui, a síntese de uma reflexão que a liturgia do dia pre-textava,

Em seguida, porém, vai lançando na sementeira do discurso referências a factos conjunturais e alusões intencionais a realidades presenciais e vividas na corte de Carlos II, facilmente descortinadas pelos ouvintes e nas quais nos deteremos.

Nesta ordem de ideias, logo se depara com uma menção a Portugal e à guerra decisiva que, na altura, travava com Castela. As notícias pululavam, por certo, através da correspondência oficial e privada, das gazetas e viajantes chegados a Inglaterra. Por várias fontes talvez D. Catarina tivesse sabido da vitória do Ameixial (41). E, se não ignorava a importância de que se revestia para a consolidação da independência, bem se apercebia do efeito benéfico que poderia ter sobre o estado de espírito da população. Na verdade, experimentaria, por isso, já em Londres (Maio de 1663) a consternação causada pela perda de Évora tomada pelo exército de D. João de Áustria e a violência dos mo-

tins populares desencadeados pela indignação que a mesma provocara (42). Não desconhecia, de resto, como poderosos efectivos espanhóis se preparavam em, através do Alentejo, vibrar um golpe mortal na linha de defesa que escudava a capital do reino.

Por isso, o auditório exultaria com a evocação do feito vitorioso, embora continuasse apreensivo na expectativa de nova ameaça. Daí haver o pregador concitado todos à esperança, lembrando o carisma messiânico da nação lusa:

"Dem me licença para falar nesta extenção da mão de Deos; porque se Moyses por ella lhe deu as graças, os que nos prezamos de Portuguezes, razaõ he, que lhas demos tam bem. Pharaõ, poderoso, levantou o braço para destruir o povo de Deos, Deos empenhado em defender o seu povo, estendeo a mão para reprimir a violencia. Pouco importa, que o mayor poder levante o braço, quando o poder de Deos estende a mão, a primeira ves, que a estendeo no Egipto, foi pera liurar o seu povo; em Portugal estendeo a segunda ves pera defender o seu Reyno, empenhado em destruir o seu inimigo. Dizem nos por aqui, que condensem contra Portugal todo flandes; que se esperaõ de Alemanha grandes socorros; e que deixando sem presidios Italia, se despovõa, contra os Portuguezes, Castella. Levantemos as mãos a Deos, e demoslhe os Portuguezes como Moyses as graças, pois em ter a mão estendida, pronosticando aõs contrarios suas ruinas, mostra, que correm por sua mão as nossas vitorias, *Extenditi manum tuam, et devoravit eos terra*. Não duvido, que por muitos se esforcem os contrarios à parecer leons no arremeter, mas experimentando o rigor da mão de Deos, se algum escapar com vida, ficará ovelha para lá não tornar. Como a proximos lhe faço este aviso, e da parte de Deos lhe dou este memento: Lembremse, que na nossa terra do cano tem a mão de Deos feito o seu sumidouro, *Extenditi manum tuam, et devoravit eos terra*, e no Guadiana (sendo pera os nossos o Rio jordaõ) á custa do seu sangue he o seu mar vermelho: *Operuit aqua tribulantes eos unus ex eis non remansit*; farnos ha aos Portuguezes grande merce quem der conta aos Hespanhoes deste memento. (43)".

O apelo, na circunstância, ao brio português não passaria de u-

ma expressão retórica, se em Inglaterra não houvesse famílias de mercenários britânicos que, em virtude da letra da velha aliança, reforçavam com outros estrangeiros os exércitos levantados em Portugal para as campanhas da Restauração (44). E a ajuda política, intensificada pela diplomacia, e o auxílio militar, posto nos mares, teriam sido incrementados por iniciativa de Carlos II, a partir da corte londrina (45).

Por outro lado, as alusões ocasionais - acima genericamente por nós mencionadas -, apesar do tom velado em que são feitas, pretenderiam talvez responder a comentários malevolentes de que a esterilidade da Rainha era objecto no meio palaciano (46).

De facto, sabe-se como uma facção de áulicos ingleses, contrária ao casamento de Carlos II com a Infanta portuguesa, montara uma rede de intrigas sobre a sua fealdade e incapacidade de gerar (47). Ora não sendo uma beldade, como o marido reconhecera, estava longe de causar repulsa. Bem mais delicado era a esterilidade, que parecia definitiva, pois D. Catarina não conseguia dar a seu esposo e à monarquia inglesa o almejado herdeiro que afastaria da subida ao trono qualquer dos numerosos bastardos do devasso rei ou tornaria desnecessário o recurso à linha colateral que não gozava de estima entre a maioria dos súbditos britânicos (48).

Sofria, pois, a Rainha ao constatar a frustração do soberano e do povo ante os desmanchos que os médicos não lhe conseguiam evitar e o perigo de consumir-se a pronúncia do divórcio pelo Parlamento que conselheiros régios e facções políticas publicamente acabaram por propugnar (49).

O orador poderá querer aludir à situação neste inciso retórico em que recorre enfaticamente ao decorativo vegetalista:

"O que dezengano para as plantas da terra! Ó que aviso para as flores do mundo! o que horror para os apetitosos! o que documento tão necessario para os fieis! que importa ser no Mundo cedro pella alteza, louro pellos triumphos, Platano pelos applausos, se desfeitas essas arvores em cinza, não hade ficar dellas mais, que terra: *Terra autem erat inanis et vacua?*" (50).

E logo se concebe na metáfora intencional que parece dirigida à desdramatização da esterilidade da Soberana, propondo uma re-

signação mística baseada num bíblico exemplo:

"Que monta ser a arvore fructuosa pella propagação da familia e descendencia, se por mais, que o sangue corra pello Mundo, ha-de secálo a terra, e chupálo a cinza? quando Eva esperava do mudo aplausos por fecunda em Cain extingiolhe o mundo o sangue pela enfamia, em Abel, cõsumiolho, porque o tragou a terra: *Terra aperuit os suũ, et suscepit sanguinẽ Abel*" (51).

As demais prováveis referências a pessoas da corte inglesa são demasiado ambíguas e genéricas. A prudência sofrea a língua de Fr. Salvador do Espírito Santo, e o seu pensamento refugiava-se em sugestões que a vontade de ser entendido lhe permitia acentuar a suspeita dos ouvintes sobre o visado com modulações de voz intencionais.

A primeira dessas passagens do discurso respeita aos reis que devem pensar no sucedido a Nabucodonosor, a quem a ambição redundou em ruína. Na verdade, sublinha o pregador, tirou-lhe Deus o poder por certo tempo, convertendo-o de racional em bruto (52). E só lhe restitui a posse dos seus estados, quando o viu reconhecer pela penitência os excessos da sua culpa. Seria o passado recente ou algum acontecimento em curso que motivaria tal advertência? Se procurássemos, no domínio das hipóteses, acomodações à forma de orientar a política interna e externa britânica, talvez não fosse difícil descortinar concretizações, e todas protagonizadas por Carlos II.

As restantes, cremos, tinham por objecto o comportamento extracônjugal do Monarca - fonte da amargura e tristezas de D. Catarina (53).

Como se sabe, os escândalos adulterinos do Rei já não incomodavam a corte libertina, embora naturalmente chocassem os eclesiásticos que se condoíam da infelicidade da Soberana, reprovando as imoralidades régias - pecados de que a morte era a punição divina. Com efeito, eram as desordens da vida, advertia o orador, que causavam as ruínas da morte, como a falta de arrependimento o abandono do culpado por parte da Providência. Por isso, deviam os reis pôr os olhos em David - adúltero arrependido - que, à vista de todos, contritamente chorou a sua falta. E, a propósito, comenta:

"Este sentir de David, foi o sentir dos verdadeiros penitentes, e fielmente assim devem sentir os Reys grandes pecadores; vendo Deos, que são estes seus sentimentos, sobre lhes perdoar

suas culpas, estimas há por penitentes verdadeiros" (54).

Alusões por certo intencionais, visando conselheiros que, no entender de Fr. Salvador do Espírito Santo, pervertiam o Rei, julgamos serem as passagens onde fala - a coberto de comportamentos de figuras bíblicas, expediente comum na oratória do tempo -, dos enganos de Nabucodonosor por acção dos áulicos, denunciados pelo profeta Daniel, de o haverem levado a adorar os ídolos (55). A conotação, apesar do aludido elemento alegórico, nos parece verosímil, se se atentar nas companhias e influências a que Carlos II esteve sujeito (56).

"Misteriosas são as traças dos Santos pera desterrar Cegueiras de Reys peccadores. Pergunto: não fora melhor, que o Rey colhera os Ministros do Templo com o furto na mão, pondosse em parte oculta, onde os vira, quando vinhaõ fazer a preza, e furtar a offerta? Para que quer Daniel, que soõ vendo o Rey as pegadas, va dar com elles pello rasto, quando os podia ver de rostro a rostro, tendo na mão o furto? Para que usa da cinza, se podia descubrir o engano sem ella? Não vedes, que o defeito do Rey era nos olhos: pois ponhalhe as cinzas diante delles, *inspice cineres*, dis a glossa, e tanto que applicar os olhos á cinza, cessarã logo a sua cegueira; a falsa divindade ficarã desprezada, e toda a sua caza, e familia, dis um grave expositor, destruida: *Pavimentum aspersit cinere, et Regios oculos delimivit: ut mentitam Deitatem contemneret, et templum ejus desoraret*. O quantas falsas Divindades viramos perdidas, se vendo os Reys este exemplo, deixada sua cegueira, seguirãõ esta resolução" (57).

Conselheiros, sim; e porque não também as amantes do Monarca, em especial a famosa Bárbara Palmer? Favorita e dominadora, era, de momento, o ídolo que seduzira o volúvel Soberano (58). Ajustava-se-lhe, pelo que historicamente se conhece, o referente metafórico, o deus Bel, do discurso de Daniel - por fora, metal brilhante e, por dentro, terra -, espelho enganoso, responsável pela régia cegueira (59).

Com efeito, comenta o orador, o Rei applicava os olhos ao ídolo e, vendo os esplendores do bronze, aí estacava; ao interior do simulacro nunca applicou o juízo e, por isso, sempre viveu enganado, enquanto o Profeta não lhe desvendou a causa do erro. E as citações a

fazerem-se (60) só corroborariam a intenção provável de viver uma situação escandalosa que se arrastava e se perpetuava noutras mercê da cumplicidade activa de cortesãos libertinos (61).

Concluamos. Motivado pela celebração da liturgia de quarta-feira de cinzas, este texto tecido e entretecido com os formalismos inspirativos e estilísticos da retórica do púlpito, dominante na época, exemplifica bem, a circunstância que o originou, o aproveitamento de um factuel coevo a que os pregadores da corte não deixavam, com maior ou menor abertura e oportunidade, de se referir. A menção concreta a um acontecimento da história imediata e as veladas alusões a ocorrências protogonizadas pela Rainha D. Catarina na corte inglesa, tornam este sermão, mesmo sem dados abundantes, um documento histórico-literário que permite aproximá-lo de certo periodismo noticiarista corrente. Sendo, porém, um testemunho do tempo e do tempo breve, como diria Braudel, acabou por nos proporcionar ensejo para retirá-lo do olvido e recordar um período significativo da existência desta velha aliança política.

## NOTAS

- ( 1 ) cf. Antônio Álvaro DÓRIA, "Inglaterra, Relações de Portugal com a", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, I (Lisboa 1965), pp. 544-549. A apreciação sobre vantagens dos tratados firmados pelos governos da mais antiga aliança não tem sido pacífica entre os historiadores portugueses. Veja-se, como exemplo, o opúsculo polêmico de Alfredo Pimenta: *Para a História das Relações entre Portugal e a Inglaterra. Dois documentos inéditos publicados e anotados* (Lisboa 1942).
- ( 2 ) cf. Idem, *ibidem*.
- ( 3 ) Acerca do auxílio dos cruzados ingleses na conquista de Lisboa e a narrativa de Osberno, ver: Alexandre Herculano, *História de Portugal*, ed. de José Mattoso, I (Lisboa 1980), pp. 486-937, 676 e 693-694; José Augusto de Oliveira. *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*. Narrações pelos cruzados Osberno e Arnulfo testemunhas presenciais do cerco (Lisboa, 2ª.ed. 1936); Ruy de Azevedo, "A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberno de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147", in *Revista Portuguesa de História*, VII-II (Coimbra 1957), pp.343-370.
- ( 4 ) cf. Idem, *ibidem*, p.544; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. de Damião Peres, I (Porto 1967), pp.92-93.
- ( 5 ) cf. A A. DÓRIA, *loc. cit.*, p. 544.
- ( 6 ) cf. Idem, *ibidem*.
- ( 7 ) Segundo a letra deste Tratado, os firmantes, D. Fernando e o Duque de Lencastre, comprometem-se "pera sempre per mar e per terra contra dom henrique [de Trastâmara] que se ora chama Rey de Castella e contra dom Pedro Rey daragom" e que "nenhuum deles nom possa fazer paz nem tregua com o dito Rey daragom sem consentimento do outro". cf. A A. Dória, *loc. cit.*, p. 545. Algo análogo, por exemplo, se passou durante a campanha da Restauração de 1640-1668.

- ( 8 ) Ver Luís da FONSECA, *O essencial sobre o Tratado de Windsor* (Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda 1986).
- ( 9 ) Acerca das negociações para o casamento de D. Catarina com Carlos II até à assinatura do Tratado de Whitehall, a 23 de Junho de 1661, ver: Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, III (Porto 1946), pp. 374-384; António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VII (Coimbra 1949), pp. 159-163; Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal* (Coimbra 1928), pp.119-163; Virgínia Rau, "D. Catarina de Bragança - Rainha de Inglaterra", in *O Instituto*, 98 (Coimbra 1941), pp. 23-52; Caetano Beirão, "As negociações para o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II da Inglaterra (1644 - 1661)", in *Anais - Ciclo da Restauração*, VII (Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942), pp. 459-490; Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão* (Lisboa 1947), pp. 270-283;
- (10) cf. E. PRESTAGE, *op. cit.*, p. 109.
- (11) Id., *ibidem*, p. 111, n.1.
- (12) Id., *ibidem*, p. 112.
- (13) Id., *ibidem*, p. 117.
- (14) Id., *ibidem*, p. 120.
- (15) Id., *ibidem*, pp. 117-119.
- (16) Id., *ibidem*, p. 119.
- (17) O duque de Beaufort, neto bastardo de Henrique IV, era inimigo do cardeal Mazarino, havendo capitaneado com Condé a *Fronde des Príncipes*. Mais tarde, reconciliado com o poder legítimo, foi nomeado almirante, tendo morrido, segundo parece, durante o assédio turco à ilha de Cândia, actual Chipre, quando comandava as tropas francesas. Chegou a vir a Portugal no séquito da noiva de D. Afonso VI, D. Maria Francisca, filha do duque de Nemours que ele matara em duelo. cf. A. da Silva Tullio, "D. Catharina de Bragança", in *Archivo Pittoresco*, XI (Lisboa 1868), p.60.

(18) Os príncipes ingleses, Roberto e Maurício, forçados a abandonar a Inglaterra após a vitória dos parlamentares de Cromwell, acolheram-se, com os navios que dispunham, no Tejo, em Novembro de 1649, apostados em continuar a luta pela restauração da monarquia dos Stuarts. A situação tornou-se diplomaticamente muito delicada para o governo de Lisboa, havendo-se D. João IV, na emergência, conduzido com acerto e dignidade. Cf. Eduardo Brazão, *Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração* (Lisboa 1940), p. 60-68. Refira-se a propósito que a corte de Lisboa encontrava-se dividida quanto às relações com a Inglaterra. A maioria da comunidade inglesa em Lisboa era favorável aos Príncipes e o clero no púlpito defendia que D. João IV não devia manter entendimentos com os Parlamentares por se haverem sublevado contra seu rei. Cf. E. Prestage, *Relações Diplomáticas de Portugal*, p. 127.

(19) Do relatório do enviado francês a Portugal, Conde de Cominges, no ano de 1657, in Edgar Prestage, *Frei Domingos do Rosário, Diplomata e Político* (Coimbra 1926), pp.31-32.

(20) E. PRESTAGE, *op. cit.*, pp. 19-23.

(21) Pela importância de Tânger e Bombaim de tão significativo lugar na conquista portuguesa do norte de África, é natural o descontentamento e resistência que a sua entrega à Inglaterra causaram na opinião pública, em especial por motivos religiosos. O Conde da Ericeira (*op. cit.*, III, p. 383) escreveu que "os povos sentiam vivamente a entrega de Tânger e Bombaim na escrupulosa mudança da fé católica aos erros heréticos, que os moradores que quisessem ficar na antiga habitação das suas casas, se expunham a seguir". E António Caetano de Sousa (*op. cit.* p.163) diz que a nação via nessa cedência "ultrajada a Religião Catholica Romana com os erros da heresia". Cf. ainda: E. Prestage, *op. cit.*, 167; Hipólito Raposo, *op. cit.*, p.273. Adverte, porém, Virgínia Rau (*loc. cit.*, p. 53) que, ao tempo, Bombaim não possuía grande relevo económico.

- (22) A célebre confidente de Filipe IV, Soror Maria de Agreda, ouvindo falar do matrimônio de Carlos II com D. Catarina, comentava-o nestes termos: "Con ser mujer ignorante juzgué que el casamiento del Señor Rey de Inglaterra con hija del de Portugal era cosa indigna y de mui descrédito suyo y procederán mal sus consejos si no se lo impíden; porque casar tan grande Príncipe con hija de un Rey intruso y sôlo aparente disuena mucho". Silvela, *Cartas de La Madre Maria de Agreda a Filipe IV*, II (Madrid, 1886), p.660 (carta de 10.8.1661). E na missiva de 13.V.1662 dizia: "Señor mio, de gran dolor y pena ha sido para mi da vileza que han hecho los portugueses de entregar á los ingleses la plaza de Tanger: de su condicion no nos podemos prometer cosa buena, pero de quien se consuela á usurpar el reino, qué hemos de esperar". *Ibidem*, p. 680.
- (23) cf. Virgínia RAU, *loc. cit.*, p.8. O insuspeito Conde de Chesterfield opinava ser D. Catarina "uma mulher extraordinária, isto é, extremamente devota". Cf. Idem, *ibidem*, p.87. Segundo o severo testemunho de Walter Scott, citado por Virgínia Rau, "a maior culpa de D. Catarina foi ter sido católica". Cf. Id. *ib.*, p.131. Sobre a catolicidade de D. Catarina e a forma como zelou em Inglaterra os interesses da Igreja, ver: António Caetano de Sousa, *op. cit.*, VII, pp.174-177.
- (24) cf. artº. VII do Tratado de Whitehall (1661), in Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 277-278.
- (25) Pertencente à comunidade do Colégio dos Inglesinhos de Lisboa, o P. Richard Russell foi considerado pelo insuspeito Sir Robert Southwell "o instrumento mais eficaz para tornar Catarina Rainha de Inglaterra". Cf. Edgar Prestage, *op. cit.*, pp. 153 e 159-160; Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp. 35-36.
- (26) Ver sobre a despedida e embarque de D. Catarina para Inglaterra: Conde da Ericeira, *op. cit.*, III, pp. 52-54; António Caetano de Sousa, *op. cit.*, VII, pp. 163-167; Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, VI (Lisboa 1891), pp. 336-339; Eduardo Brazão, "O protocolo da partida de D. Catarina de Bragança para Inglaterra", in *Ocidente*, VI, nº. 15 (Lis-

boa 1940), pp. 269-286; Frederico Gavazzo Perry Vidal, "O casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II, Rei de Inglaterra. Notas e algumas gravuras que ao facto se referem", in *Revista dos Centenários* (Lisboa, Outubro de 1940), pp. 1-7. Lisboa, de resto, mostrara o seu público regozijo mal foi conhecida a nova do casamento da princesa. Ver o folheto anónimo, mas atribuído a António de Sousa de Macedo: *Relacion de las fiestas que se hizieron en Lisboa, con la nueva del casamiento de la Serenissima Infanta D. Catarina*, 1662. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 58. Conhece-se ainda (ver Id. *ibidem*, p.71) uma relação coeva da viagem: *Relaçam diaria da jornada que a Serenissima Rainha da Grã-Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres, 1662.*

- (27) cf. Virgínia RAU, *loc. cit.*, p.88.
- (28) Idem, *ibidem*, p. 72.
- (29) O enviado da Rainha a Roma, Sir Richard Bellings, numa tentativa destinada a obter o reconhecimento da independência de Portugal pela Santa Sé, parece que levava como secreta mensagem comunicar ao Papa desejar Carlos II o restabelecimento em Inglaterra da religião católica. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp. 129-130.
- (30) cf. VIRGÍNIA RAU, *loc. cit.*, p. 190. A Rainha-Mãe, perante a política anti-católica do Parlamento, temendo que o seu regresso a França fosse pretexto para o encerramento da sua capela ao culto, obrigara Carlos II a prometer que ela continuaria aberta aos católicos ingleses. Aliás a situação veio a agravar-se por altura do incêndio de Londres (1666) que na Câmara dos Comuns se procurou atribuir aos católicos, tendo o Rei feito sair um édito que expulsara de Inglaterra os padres católicos e os jesuítas. Cf. Id. *ibid.*, pp. 157 e 166.
- (31) cf. Virgínia RAU, *loc. cit.*, p. 130.
- (32) SERMAM/DA/CINZA,/PREGADO NA CORTE/DE LONDRES, NA CAPELLA DA/REAL MAGESTADE DA SERENISSI-/MA RAINHA DA GRAN BRETA-/NHA, EM OITO DE FEVEREIRO/DE 1665./POR FREI SALVADOR/DO SPIRITO SANCTO PREGA-/DOR DE SUAS MAGESTADES, CA-/PUCHO ARRABIDO, E PRELADO/DOS RELI-/GIOLOS [sic] DA SUA PRO-/VINCIA CAPELLAENS DA/MESMA RAINHA E

SENHO-/RA NOSSA./ [gravura com o brasão de armas de Inglaterra encimado pelas letras C R]/ IMPRESSO POR MANDADO DE/SUA MAGES-  
TADE./

49., [8] +23+[1] pp., caracteres romanos e itálicos, notas marginais. O exemplar consultado pertence à B.N. de Lisboa e tem a cota 21798 P.

A 2ª. edição saiu em Portugal, sem as páginas das "aprovações" e "dedicatória" à Rainha, e com o rosto seguinte:

SEMAM/DA CINZA,/PREGADO NA CORTE/DE LONDRES, NA CAPELLA DA/REAL  
MAGESTADE DA SERENISSIMA/RAINHA DA GRAN BRETANHA,/EM OITO DE FE-  
VEREIRO/DE 1665./ POR FREI SALVADOR/DO SPIRITO SANCTO PREGA- /  
DOR DE SUAS MAGESTADES, CA-/PUCHO ARRADIDO E PRELADO/DOS RELI-  
GIOSOS DA SUA PRO-/VINCIA CAPELLAENS DA/MESMA RAINHA, E SENHO-/  
RA NOSSA./ tarja composta por vinhetas [ EM COIMBRA,] *Com todas*

*as licenças necessárias.*/Na Officina de RODRIGO DE CARVALHO COU-  
TINHO,/Impressor da Universidade, Anno 1673./*Acusta de João An-  
tunes mercador de livros.*

49., 2 Opp., caracteres romanos e itálicos, notas marginais e rosto enquadrado numa tarja composta por vinhetas. O exemplar consultado é da BGUC, *Miscelâneas*, vol. CCXXVIII.

- (33) No rosto do sermão, publicado em Londres em 1665, lê-se que foi impresso por ordem de D. Catarina.

Desencantada e pesarosa com o comportamento do marido, frívolo e adúltero, ofendendo-a com a protecção e estima pública dadas às amantes, a Rainha remetia-se às suas práticas religiosas e conversas com "beatos" e passava grande parte do tempo a escutar longos sermões em português. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 124.

- (34) Fr. Salvador do Espírito SANTO nasceu provavelmente em 1615 e faleceu em Lisboa a 30.8.1689. Entrou para os franciscanos arrábidos com 16 anos de idade, vindo a distinguir-se mais tarde no ensino da filosofia e teologia. Já em Inglaterra acompanhou como consultor o embaixador português, D. Francisco de Mello, à

- Holanda, havendo no regresso apresentado em latim por não dominar o inglês um circunstanciado relato dessa missão diplomática à rainha D. Catarina. Cf. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, III (Coimbra 1966), p. 668; Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, VII (Lisboa, 1973), p. 194.
- (35) cf. Barbosa MACHADO, *op. cit.*, III, p. 668.
- (36) Sabe-se que, quando do regresso a Portugal da comitiva que acompanhou a Londres D. Catarina, ficaram por permissão do Rei apenas um pequeno número de criados portugueses, a Condessa de Penhalva, doente e quase cega, gente de cozinha, os padres que serviam a sua capela: arrábidos, franciscanos, dominicanos e jesuítas. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 122.
- (37) Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermão da Cinza*, p.1. Todas as citações a fazer deste sermão serão extraídas da edição de 1665.
- (38) P. Antônio VIEIRA, "Sermão de Quarta Feiya de Cinza", pregado em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, a 15 de Fevereiro de 1673, sob o tema, "Pulvis es et in pulverem reverteris", in *Sermoens do P. Antonio Vieira*, Primeira Parte (Lisboa 1679), pp. 1039-1118.
- (39) Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermão da Cinza*, p. 5.
- (40) Idem, *ibidem*, pp. 6-8.
- (41) Na primavera de 1663, notícias vindas de Lisboa falavam da vitória de Ameixial sobre as tropas de D. João de Áustria, a 8 de Junho. Em carta sem data, mas desse mesmo mês, D. Luisa de Gusmão escrevia à filha: "no quiero dexar de darte o parabien de la vitoria q de mi fue tan festejada como te puedes entender! Cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. 436.
- (42) cf. Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*, IV (Porto 1946), pp. 114-117, Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, VI (Lisboa 1891), pp.74 e 433-436.
- (43) Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermão da Cinza*, pp. 16-17.

- (44) Na batalha de Ameixial (ou do Canal) combateu do lado português um contingente inglês, sob o comando do Coronel Hunt. A exaustão do erário público dificultava imenso o pagamento das tropas aliadas, gerando desagrados e censuras que provocavam deserções e quase revoltas. Perante a ridícula recompensa de Afonso VI ao contingente inglês, Carlos II interveio, mandando-lhes de sua fazenda 40 000 coroas. Cf. Conde da Ericeira, *op. cit.*, IV, pp. 141-144, 550-551; Edgar Prestage, *op. cit.*, p. 180; Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 136.
- (45) Por força do tratado de casamento firmado em 1661, dos interesses estratégicos e econômicos de Inglaterra e das pressões dos diplomatas portugueses, escrevendo directamente ao genro, Carlos II, não deixava D. Luísa de Gusmão de insistir na ajuda militar por terra e mar para defesa do Reino. Ver: Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 412 e 421-422 (cartas de Março de 1662 e 2 de Julho de 1662); Edgar Prestage, *op. cit.*, pp. 171-172.
- (46) A facção da corte londrina contrária ao casamento de Carlos II com a Infanta portuguesa não desistia de argumentar com a esterilidade da Rainha para separá-la do marido. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp. 171.
- (47) Acerca dos dotes físicos de D. Catarina não eram unânimes as opiniões e só por má fé e ódio se podia considerá-la feia. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp. 86-87. Aliás o rumor de que a Infanta portuguesa era uma mulher feíssima e inábil para ter filhos fora espalhado bastante antes, em Londres, pelo embaixador de Castela, Barão de Bateville, com o fim de dissuadir Carlos II desse casamento. Cf. Caetano Beirão, *loc. cit.*, p. 477.
- (48) A esterilidade permanente da Rainha veio a colocar o grave e delicado problema da sucessão, dado o número de bastardos de Carlos II e a pouca simpatia de que gozava em Inglaterra a linha colateral. Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp.
- (49) cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, pp. 171-177.
- (50) Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermão da Cinza*, p. 14.
- (51) Idem, *ibidem*.

- (52) Idem, *ibidem*, pp. 6-7. cf. o cap. IV do *Livro do Profeta Daniel* onde se narra a interpretação e o sucedido face ao sonho da árvore que rei Nabudocodosor tivera.
- (53) António Caetano de SOUSA (*op. cit.*, VII, p. 174) refere que não passou muito tempo, após a chegada a Inglaterra, "que não começasse a Rainha a sentir os ilícitos divertimentos del Rey". Virgínia Rau (*loc. cit.*, pp. 97 e ss.) relata-nos em pormenor os sucessivos desvarios amorosos de Carlos II e quanto com eles D. Catarina foi humilhada. De Lisboa, enquanto viva, D. Luisa de Gusmão aconselhava-a a mostrar-se prudente e confidenciava-lhe como da sua atitude podia depender a causa portuguesa tão necessitada do funcionamento desta aliança luso-britânica. Cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 417-418 (carta de Maio de 1662), 429 - 430 (carta de 21.10.1662), 432-434 (carta de 27.1.1663) e, em especial, 439-440 (carta de 1.7.1664).
- (54) Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermam da Cinza*, p.20.
- (55) cf. o episódio do ídolo Bel que os babilônios adoravam igualmente com o rei, a quem Daniel mostrou a forma como era enganado pelos seus áulicos. Cf. *Livro de Daniel*, cap. XIV, 1-21.
- (56) As pressões dos áulicos na vida amorosa de Carlos II, ver: Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 83 e 91 e *passim*. Cf. também notas 47 e 52.
- (57) cf. Fr. Salvador do Espírito SANTO, *Sermam da Cinza*, p. 11. À margem lê-se Gloss Ord. [Glosa Ordinária] e Cast. de Vest. Aro. Trata-se de comentários exegéticos a esta passagem do Profeta Daniel.
- (58) Bárbara PALMER, condessa de Castelmaine, era casada desde 1659 com Rogério Palmer de quem se separou, sob a alegação da conversação ao catolicismo do marido e a exigência deste sobre o baptismo católico do filho de ambos. A sua ligação com o Rei data, parece, de 1660. Acerca desta célebre amante de Carlos II, cujo nome de solteira era Barbara Villiers, filha de um acérrimo partidário de Carlos I, e dos sofrimentos causados a D. Catarina, ver Virgínia Rau, *loc. cit.*, p. 61 e 97-132 e *passim*. De resto, o Conde da Ponte, que negociou o casamento da Infanta, pusera ao

corrente a rainha D. Luísa acerca da vida amorosa do Rei e da sua ligação com Bárbara Palmer. Cf. Caetano Beirão, *loc. cit.*, p. 490.

- (59) Ajustava-se metaforicamente à amante do Rei, Bárbara Palmer, o que a Bíblia diz do ídolo Bel: "de lodo por dentro e metal por fora". Cf. nota 55.
- (60) As citações que o pregador extrai do cap. XIV de Daniel acomodavam-se a uma realidade que naturalmente visava atingir.
- (61) Era conhecida a influência exercida por cortesãos da facção protestante, no ambiente devasso da época, sobre Carlos II, "sensual e cínico, libertino e cativante, 'The Merry Monarch'", Cf. Virgínia Rau, *loc. cit.*, p 57, 108, 132 e *passim*.